



1

2 **ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**
3 **CULTURAL DE 2022**

4 **30 de Maio de 2022**

5 **Horário: 9h30**

6 Aos trinta dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta
7 minutos, a II Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba -
8 CONSECULT, teve início, sendo presidida pelo Secretário de Estado da Cultura e
9 Presidente deste Conselho, Damião Ramos Cavalcanti, e eu, Larissa Maria da Silva
10 Costa, como Secretária Administrativa.

11 Presentes à Reunião, os Conselheiros Damião Ramos Cavalcanti, Milton Dornellas
12 Bezerra Junior, Anedite Almeida de Freitas, Maria Marques Maciel, Bruno Vinícius
13 Viana Lima, José Ubireval Delgado, Marjorie Costa Gorgônio, Heleno Bernardo
14 Campelo Neto, Fernando Antônio Moura de Lima, Adolpho Sousa Crispim, Vilma Cazé
15 da Silva, Wagner Spagnul, Temystócles Normando Vitotrino da Rocha, Adriana
16 Helena Souza Uchoa, Maria Franciscleide Cananeia Melo, André de Oliveira Costa,
17 Dimas Ribeiro Silva, Paula Wêndia da Silva Paulino, Francisco Assis de França Lima,
18 José Alcione da Silva Fernandes, Ana Neiry de Moura Alves, Maria Benigne Pereira,
19 Edson Leite França Mandú, José Adriano Gomes Correia. Também presente o
20 convidado da Presidência do CONSECULT: Filipe José Brito da Nóbrega -
21 Coordenador da Assessoria Técnico-normativa e Controle Interno da SECULT/PB.

22 **I. Abertura, eleição e Posse do Secretário Geral do CONSECULT**

23 A II Reunião Ordinária do CONSECULT/PB teve seu início com o esclarecimento, do
24 Presidente, de como deveria ocorrer, em sequência, a Eleição para Secretário Geral
25 do CONSECULT/PB. Logo em continuidade, a Presidência da eleição foi passada
26 para o Dr. Filipe José Brito da Nóbrega, que é o Coordenador da Assessoria Técnico-
27 normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba que
28 explicou que o Secretário Geral só pode ser eleito entre os membros da Sociedade
29 Civil, mas que quem vota é o plenário, ou seja, os Conselheiros do Poder Público e da
30 Sociedade Civil. Dr. Filipe deixou claro que haveriam dois candidatos, devidamente
31 inscritos sendo eles: André de Oliveira Costa e Francisco de Assis Lima, presentes à
32 Reunião. A urna lacrada foi apresentada. A votação foi iniciada, os Conselheiros foram
33 chamados a votar, por ordem alfabética, através de cédulas individuais, com os
34 nomes dos dois candidatos, a serem depositadas na urna. Após a votação do último
35 Conselheiro, foi encerrada a votação, feita a abertura da urna e iniciada a contagem
36 dos votos. Apurados os votos, o candidato André de Oliveira Costa recebeu 16
37 (dezesesseis) votos e Francisco de Assis Lima recebeu 4 (quatro) votos. Portanto, na
38 presente eleição, com a maioria válida dos votos, foi eleito Secretário Geral do
39 CONSECULT, André de Oliveira Costa.

40 O Presidente do Consecult empossou o Conselheiro de imediato, mediante promessa
41 de cumprir o Estatuto e cumprir suas funções enquanto Secretário Geral do Consecult,
42 passando a partir desta data a exercer a sua função.

43 **II. Comunicações da Presidência do CONSECULT e dos Conselheiros;**

44 O Presidente iniciou este ponto da pauta falando sobre a enxurrada de solicitações de
45 apoio aos festejos juninos que vêm sendo recebidos pela Secult e disse que não se
46 possui recursos para auxiliar a todos em duas grandes festas, sendo elas o Carnaval e
47 o São João e que se for abrir recursos para ajudar um pedido, todos os outros também
48 irão solicitar e a Secult não poderá atender. Então, a Secult escolhe alguns Municípios



49 que se mostraram de forma tradicional, que são representativos, para dar apoio. E
50 justificou essa sua posição logística, baseada em recursos que se têm disponíveis. O
51 segundo ponto abordado pelo Presidente foi o êxito do II Festival de Cultura Cigana,
52 que levou grande benefício à comunidade cigana de Sousa, que é a maior
53 comunidade cigana do Brasil. Este Festival abriu a porta para que se desfaça qualquer
54 discriminação à Cultura Cigana e para que ocorra a valorização, em praça pública, da
55 cultura cigana. Agradeceu à Maria Marques por ser a interlocutora junto aos ciganos,
56 com apoio de Marjorie, Claudia para registrar com fotos e vídeos, que fizeram a
57 organização social trabalhista dos ciganos. Os ciganos, disse ele, fizeram
58 apresentações muito boas, cantam e tocam muito bem seus instrumentos. E informou
59 que foram pagos cachês aos ciganos do mesmo jeito que seria feito na capital. Além
60 disso, houve uma organização de portfólio, qualquer um hoje que queira contratar
61 com os ciganos, eles possuem hoje com todos os documentos reunidos e o exemplar
62 do nosso contrato com o cigano e isso é uma transformação social. O Presidente
63 agradeceu também a Bira que esteve presente e animou o festival com sua maneira
64 muito elegante e bonita de estar em meio a todos. O Presidente informou que a
65 Secretaria está organizando o próximo festival que será o I Festival Cultura Indígena,
66 em Rio Tinto, e, antes do final do ano, novamente o II Festival da Cultura Quilombola,
67 em Santa Luzia.

68 O Presidente informou, em sequência, que a Secretaria de Estado da Cultura traz
69 expectativa e contribuições para a queda do Veto, em relação à Lei Paulo Gustavo. Há
70 uma comunicação com os Deputados Federais, Senadores e sobre este assunto, o
71 Conselheiro Lucio irá transmitir as últimas informações da Lei Paulo Gustavo.

72 Em relação a Lei Aldir Blanc II, o Presidente informou que ela foi cumprida e que se
73 tem o relato de quem recebeu e que essa prestação de contas está à vista de
74 qualquer conselheiro junto ao Coordenador Geral, que é Lúcio Rodrigues. O
75 Presidente afirmou ainda que "Nunca houve uma distribuição tão justa para o interior
76 como essa da Lei Aldir Blanc II. Municípios, que nunca haviam recebido um centavo,
77 da cultura, receberam."

78 Foi então facultada a palavra aos Conselheiros. Sendo iniciado, este momento, pelo
79 Conselheiro Dimas Ribeiro, que trouxe a temática do São João, anteriormente tratada
80 pelo Presidente, concordando que não haja como atender a todos os 223 municípios
81 com apoio para os festejos juninos, mas que há a possibilidade de juntos, Secretaria e
82 Conselho, procurar algumas alternativas que busquem fomentar essa cadeia formativa
83 de cultura que, diga-se de passagem, é uma das mais importantes do nosso Estado e
84 de todos os Estados nordestinos. E destacou que o movimento junino do Estado da
85 Paraíba é organizadíssimo e está presente em todas as regionais, que tem as suas
86 entidades representativas bem fundamentadas em todas as regionais, tem suas
87 associações fundamentais, tem quadrilhas organizadas e merecem, a partir de agora,
88 um olhar mais especial, que a Secretaria possa chamar esse movimento para
89 viabilizar meios desse movimento cultural grandioso, sobretudo nas quadrilhas juninas.

90 O Conselheiro citou Santa Rita, que vai sedear as finais do Festival Paraibano de
91 quadrilha, com uma megaestrutura e apoio municipal, além disso lembrou que há
92 alguns anos o Presidente da Caixa Econômica esteve no São João de Campina
93 Grande e disse que lançaria um Edital da Caixa Econômica para incentivar as
94 quadrilhas Juninas, então, essas são algumas formas que podem viabilizar o
95 funcionamento dos festejos juninos. No mais, Dimas Ribeiro parabenizou a SECULT
96 pela realização do II Festival de Cultura Cigana, que o mesmo acompanhou pelas
97 redes sociais e disse que a retomada dos diálogos nas doze regionais é de extrema

Dimas



importância, assim como as reuniões descentralizadas do Conselho, sempre que seja possível. E retomou a indicação para que seja criado um canal no Youtube, do Conselho, para que as Reuniões fiquem disponíveis, para que a Sociedade Civil tenha acesso a esse material. O Presidente esclareceu que os pedidos que são feitos à Secretaria de Cultura são atendidos a partir de critérios e o que propõe Dimas traz a necessidade de atender todo aquele que for uma boa quadrilha junina, mas não se pode atender à quadrilha X ou Y, se deve criar um programa para todas as quadrilhas. O Presidente solicitou, então, que a Conselheira Mariah tomasse nota para verificar como captar recursos para fazer um programa sobre editais para quadrilhas. Além disso, o Presidente afirmou que muitas vezes procuram a Secretaria nas vésperas do evento, mas que o pedido corre por várias instâncias para que se dê legalidade ao ato, não se pode receber e autorizar, é necessário passar pelo setor jurídico, financeiro... É necessário que se receba esses pedidos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no entanto, às vezes mandam faltando 3 (três) dias para o evento.

O conselheiro José Alcione Fernandes parabenizou o conselheiro André pela representatividade da Sociedade Civil e parabenizou a Secretaria de Estado da Cultura, pelo desempenho da Lei Aldir Blanc. Solicitou ao Presidente um trabalho maior de divulgação sobre a Lei de Incentivo à Cultura do Estado, pois os artistas não a conhecem. E sugeriu que nas regiões fosse colocadas essa Lei. E disse que viu que em 2021 teve algo parecido de renúncia fiscal com o esporte, então essa seria uma ideia nesse diálogo das 12 regionais de cultura, colocar sobre a Lei de Incentivo à Cultura na Paraíba, porque algumas pessoas usam, mas por serem amigos da empresa, então que se coloque algum critério para que as empresas que quiserem patrocinar, patrocinem as pessoas que forem aprovadas por Editais. O que seria um caminho para um Festival de Cultura das Regiões, tentar valorizar os eventos de cunho regionais que já facilitaria a questão da economia. O Presidente respondeu que no momento que passa uma Lei como a Lei Paulo Gustavo, por exemplo, para os audiovisuais não se vai recorrer com os centavos do Estado ao mesmo setor. Mas quanto ao FIC, o Presidente informou que desde que ele assumiu o cargo de Secretário de Estado que ele pede para que seja estudado. Mas agora mesmo o FIC (e pode ser esclarecido pelo coordenador do FIC, Lucio Rodrigues, que está presente) está sendo estudado um pedido de ordem de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o que está sendo encaminhado pela Secretaria de Planejamento.

O conselheiro José Adriano Gomes propôs que seja implementado algo voltado à Cultura Popular, no intervalo das escolas, como coco de roda, capoeira, entre outros, para que os jovens tenham o despertar para a cultura que muitas vezes está acabando nas cidades e propôs que o Presidente conversasse sobre o assunto com o Secretário de Educação, além disso, convidou a todos para participarem da 23ª Semana Cultural José Lins do Rêgo a se realizar na cidade de Pilar. José Adriano questionou: "Como nós conselheiros podemos participar dos Festivais?", e também, "Como a Secult pode nos ajudar a estar presente, a visitar outras cidades? Há algum meio de nos ajudar? Desde que seja informado à Secult anterior e antecipadamente."

O Presidente já quis deixar registrado que não próxima reunião irá convidar o Secretário de Educação, Claudio Furtado, para vir ouvir dos Conselheiros tais propostas e colocar nas escolas a cultura. Aliás, disse o Presidente, a Cultura era transmitida pelas famílias, a mãe tinha tempo de dançar com as crianças, cantar as canções de ninar, contar histórias, mas hoje essa cultura tem que ser transmitida pela escola, é necessário que a Cultura invada as escolas. O Presidente agradeceu essa participação através do PRIMA, no II Festival de Cultura Cigana, que se apresentou lá



147 e que funciona dentro de uma escola. Aproveitou este momento e pediu aplausos para
148 o Secretário Executivo de Estado da Cultura, Milton Dornellas, que Coordena o
149 Programa de Inclusão através da Música e das Artes – PRIMA. Relatou que a
150 coordenadora do polo do PRIMA do Município de Sousa, Livia de Andrade, colocou o
151 PRIMA junto com alunos ciganos para tocar e cantar, brilhantemente no Festival de
152 Cultura Cigana.

153 A conselheira Ana Neiry informou que antes da realização desta reunião, ela fez envio
154 de formulários para que os gestores, artistas e demais pessoas pudessem fazer as
155 suas demandas para esta reunião e baseada nestas demandas, sobre o que ela fará
156 uma exposição em blocos, para facilitar. Falou "Sobre a necessidade de apoio cultural
157 em todas as regionais e o que ela traz é que, da mesma forma, estamos na ponta, que
158 buscamos experiências exitosas, seja em projetos culturais, seja em outros municípios,
159 ou outros grupos, o Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura também
160 possa se espelhar em projetos e ações exitosas em outros Estados para que possam
161 promover e fomentar a cultura." Relatou sobre sua estadia no Piauí, buscando captar
162 recursos via Lei de Incentivo Federal e quando se deparava com as outras empresas
163 recebia resposta de que se fossem do Estado do Piauí, conseguiriam facilmente pois
164 lá eles possuem uma Lei Estadual que tem a questão da isenção do ICMS e isso
165 facilita demais, é um tipo de isenção que a cada mês é abatido. E este assunto
166 chamou tanto a atenção da Conselheira que ela o trouxe para a Plenária, para que o
167 Conselho possa se espelhar, porque as vezes o governo do Estado não tem recurso
168 suficiente para disseminar toda a produção de um Estado inteiro, mas ele pode sim
169 criar estratégias por meio de empresas que já estão no nosso estado, por meio de
170 isenções fiscais para poder facilitar e chegar projetos apoiados no municípios. Outro
171 exemplo citado foi o do Estado do Rio Grande do Norte em que se vê o CPF na nota,
172 Em São Paulo também e é quando o próprio contribuinte coloca seu CPF na nota e é
173 cadastrado em Projetos e Instituições e aquelas Instituições recebem o valor
174 equivalente aquele retorno do imposto e isso favorece as criações dos seus projetos.
175 É algo que vai além, seja com iniciativa privada, seja com a Câmara dos Deputados
176 para encontrar soluções para fomentar dessa forma. Além disso Ana Neiry falou sobre
177 o grande número de solicitações de capacitações, capacitações na elaboração de
178 projetos, nas áreas de arte cênica, dança, música. A conselheira trouxe como
179 exemplo a Instituição que representa, Pisada do Sertão, que está em Poço de José de
180 Moura e atua em 10 municípios, com a capacitação de 480 jovens e mulheres. Só este
181 ano, na área de economia criativa, onde a cultura é a comissão de frente. Segundo
182 Ana, "São exemplos como esses que podemos copiar, disseminar." E para finalizar
183 sua fala, a conselheira disse que é necessário que se pense além da implantação de
184 novos pólos do PRIMA, pois existem muitos municípios que já existem associação que
185 já tem os instrumentos, mas não têm o professor, ou já tem o professor, mas não tem
186 os instrumentos. Ela questionou se não é necessário mapear quais são esses
187 municípios e essas instituições que existem para que se possa potencializar essas
188 ações e a cultura possa chegar com o Governo do Estado, Sociedade Civil, Iniciativa
189 Privada, Gestão Pública e o Poder Legislativo juntos em prol do mesmo objetivo.
190 O Presidente falou que o importante é que a gente se espelhe nas boas experiências
191 dos outros Estados, assim como os outros Estados se espelham nas boas experiências
192 da Paraíba. Mas o encaminhamento dessas experiências é preciso que seja de uma
193 forma organizada e dentro das coisas que viabilizam o atendimento. Assim como no
194 caso do pedido feito por Dimas em relação às quadrilhas, que ele já mandou fazer as
195 anotações de como se organiza um atendimento mais amplificado, não somente um



196 simples pedido. Então, os membros do Conselho são pessoas competentes na área
197 da Cultura e na área do espaço físico em que vivem para usar. Então, nesse sentido o
198 Presidente concordou com Ana Neiry. Em relação aos instrumentos é preciso que
199 sejam formalizados os pedidos, inclusive, recentemente foram entregues vários
200 instrumentos seguindo os critérios necessários e passados aqui pelo Conselho.

201 O Conselheiro Edson Mandú deixou sua opinião sobre a importância dos diálogos
202 culturais, e a importância dos Conselheiros trabalharem diretamente com o articulador
203 cultural. A necessidade do articulador ter uma sala para si, em uma sede. Informou
204 que ocorreu o Orçamento Democrático em Princesa Isabel, falou sobre a importância
205 de abraçar os movimentos culturais. Disse também que teve, em Princesa Isabel, um
206 curta-metragem com recursos da Lei Aldir Blanc, o que merece elogio.

207 José Abmael frisou a necessidade de programas de ensino dentro das escolas que
208 reforcem a Cultura Popular, como o coco de roda, a capoeira e o cordel. Falou
209 também sobre os quilombolas e sugeriu que os Festivais sejam feitos por região. O
210 Presidente falou que inicialmente procura ser feito Festival, onde tem maior
211 comunidade daquela etnia cultural. O importante, disse o Presidente, é que os
212 Conselheiros ajudem a levar os quilombolas de outros municípios pra esses festivais,
213 para que possam comemorar juntos tais eventos.

214 O Conselheiro Milton Dornellas falou sobre a importância de Fernando Moura, junto
215 com Adolpho Crispim, além do professor Damião Ramos e Pedro Santos, na
216 centralização da ação para a política de cultura da Paraíba e falou que tem
217 conhecimento sobre o esforço e sabe o quanto se está avançando, considerando que
218 não se pode perder uma avaliação mais profunda que é a questão da pandemia, que
219 não justifica, uma série de questões, mas que não pode ser colocada de lado.
220 Aproveitou para cumprimentar Ana Neiry por seu trabalho. E disse que é preciso
221 entender que durante esse processo a SECULT teve um trabalho fundamental na
222 aplicação da Lei Aldir Blanc, um trabalho difícil para o país, na aprovação até a
223 execução da Lei, quando esse processo foi exaustivo, onde ficou uma lição de que o
224 Brasil, na área de cultura, pecou pela falta de mapeamento dos trabalhadores no
225 Brasil, não é uma questão de Paraíba. Mas se existem críticas, elas fazem parte para
226 o aperfeiçoamento e parabenizou a equipe que desenvolveu a Lei Aldir Blanc, aqui no
227 Estado da Paraíba. Falou sobre o fortalecimento da audição das regionais, o
228 fortalecimentos dos articuladores, passado esse momento de pandemia, que ainda
229 está em processo, devemos fazer essa avaliação. Segundo Milton "O que podemos
230 fazer agora é descentralizar a política para a cultura." O PRIMA que é um projeto que
231 tem um laço fundamental na questão de preparar e fortalecer o desenvolvimento dos
232 nossos jovens, está com pólos em 16 municípios, então, Milton é defensor de que o
233 PRIMA tenha uma unidade em cada município do Estado da Paraíba e que não
234 precisa ser gigantesco, mas precisa ter uma unidade com uma pedagogia que na hora
235 que precisar reunir de Cajazeiras à João Pessoa, você vai ter uma linguagem
236 unificada e o PRIMA já faz isso, como se teve esse resultado na comunidade no
237 Festival de ciganos. Em relação à inclusão nas escolas, é algo que se pode trabalhar
238 colocando dentro de uma matriz da matéria eletiva, para que seja opcional dentro das
239 escolas.

240 O conselheiro Fernando Moura falou sobre o papel do Conselho de representação, de
241 proposição, participação, articulação dos processos e partilhar as realizações das
242 decisões. Dito isto, ele falou sobre a iniciativa de ocupação do espaço de exposição
243 existente na Fundação Casa de José Américo, Fundação a qual ele é Presidente, a
244 ideia é que se disponibilize a partir de um Edital, para abrir o espaço principalmente

11



para a ocupação de artista iniciantes. Sugeriu, também, que isto fosse compartilhado com o interior, através dos Conselheiros que fariam chegar esses Editais para todo mundo e, com o endosso da Secult, viabilizar a vinda do artista para cá. O conselheiro também falou da necessidade de se iniciar o processo de articulação para a criação de um Encontro Estadual de Organização das Nações Juninas, sejam elas quais forem, quadrilhas, trios de forró, produções. "O próprio conceito do forró, da música junina, está sendo quebrado violentamente na nossa cara e a gente não está reagindo adequadamente." Fernando Moura disse ser necessária uma ação mais efetiva, padrões, regulamentações nesse cenário cultural e sugeriu a partir desses encontros (reuniões do Conselho), sejam trazidas propostas de como e com quem deveriam ser esses encontros para discutir os festejos juninos do próximo ano. Ou seja, que se articulem para que se tenha algo objetivo, um encontro efetivo para discutir com produtores, empresários, artistas, enfim, com a comunidade envolvida com a quadrilha junina que é essencial.

O conselheiro Adolpho Crispim informou que a Funes criou nesse São João o "Arrastapé de Major Migué", que durante os 5 dias de São João de Patos, das 16h às 20h terá trio pé de serra no entorno da Fundação tocando o verdadeiro forró, com zabumba, triângulo e sanfona. Essa ação, disse Adolpho, também ocorrerá em outras três cidades, Malta, São Mamede e Desterro, sempre respeitando o forró verdadeiro, de raiz.

III. REMA: Realidade atual e proposta de Edital

Relatora: Adriana Helena Souza Uchôa

A conselheira Adriana Uchoa fez um breve relato sobre o Registro de Mestre das Artes, que atualmente conta com 3 (três) vagas e que em detrimento delas será lançado o Edital, no mês de Junho, que será um Edital semelhante ao do ano de 2019, com o diferencial de que neste serão feitas inscrições on-line e que ocorrerá uma tentativa, por parte da Secretaria com a Assembleia para que ocorra uma modificação para que outras entidades possam fazer as inscrições dos Mestres.

IV. Lei Paulo Gustavo

- Relator: Lúcio André Figueiredo Rodrigues

"Estamos em processo de caravana nível nacional onde alguns grupos, coletivos e também gestores de cultura estão indo à Brasília no próximo dia 02 de Junho para assistir a Sessão de apreciação, em que a Sociedade Civil e outras organizações, inclusive governamentais, estão solicitando no Congresso a derrubada do veto dessas duas Leis, elas foram aprovadas quase que por unanimidade no Congresso Nacional, mas recebeu o veto Presidencial. Nesse sentido, a partir do veto, nós começamos a implementar ações pela derrubada do veto. São quase R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), na Lei Paulo Gustavo, que serão distribuídos para os Estados e Municípios pela política de descentralização do Sistema Nacional de Cultura." Lúcio informou que na Paraíba serão R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), dos quais R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões) vão para as políticas do audiovisual, apoio às salas de cinema, capacitação formação e qualificação do audiovisual, apoio aos cineclubes e aos festivais e mostras do audiovisual, além das micro e pequenas empresas do audiovisual e R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) vão para as outras áreas da cultura. Lúcio explicou que participará de forma on-line, no dia 02 de Junho, como não poderá estar presente em Brasília. Em relação à Lei de Incentivo à Cultura, Lúcio esclareceu que já existe uma, que é a Lei N°7516/03 que foi regulamentada pelo Decreto 24.933/04. Lúcio explicou foi necessária a operacionalização da Lei Aldir Blanc e devido a isso, a esta prioridade, o



FIC “parou” um pouco, mas agora foi retomado. O conselheiro informou ainda que, já está no Gabinete do Secretário, o Edital de Convocação da Assembleia Geral para a composição da Comissão de Análise de Projetos do Fundo de Incentivo à Cultura. Essa Comissão é uma instância de operacionalização do FIC, na qual serão eleitos 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes de entidades artístico-culturais nas macrorregiões.

V. Criação e realização de Diálogos Culturais nas 12 Regionais de Cultura

- Relator: Francisco de Assis França de Lima

O Presidente relatou que o Conselheiro Francisco de Assis enviou um Ofício para ele com várias sugestões de pauta, com algumas que, no entanto, são da parte administrativa da Secult e deu à ele a palavra para ser o relator desse ponto de pauta. Francisco iniciou reafirmando a importância desses diálogos culturais e usou o exemplo do que Adolpho Crispim fez, com o Fórum de Cultura, na cidade de Patos. O conselheiro falou que a importância desses diálogos está justamente em diminuir essa dificuldade que os conselheiros, e até mesmo os articuladores têm, de acessar os municípios e citou, seu caso como exemplo, que visitou todos os 24 municípios, já que a FUNES disponibilizou o carro para que ele o fizesse. E frisou que esses diálogos culturais, e essa ajuda de custo para que pudessem fazer visitas às cidades distantes, são muito importantes e interessantes porque seriam promovidos pela Secult em uma cidade polo de cada Regional, com Ofícios que seriam encaminhados através da Secult, para os gestores municipais, pois com uma correspondência oficial da Secult seria mais fácil daquele município reunir toda classe artística e levar para esta reunião, esta plenária e disse entender a dificuldade de um articulador fazer isso sozinho. O conselheiro falou que esses diálogos seriam promovidos pela Secult, com representante, que poderia ser o próprio Milton Dornellas ou o Secretário Geral eleito e algum outro, para ver as necessidades e as carências de equipamentos de muitos municípios no interior, para que se possa fazer a Arte e a Cultura continuar acontecendo.

O Presidente garantiu que já está pedindo ao coordenador Lúcio Rodrigues que comece a esboçar o calendário desses Diálogos Culturais. Iniciando os diálogos culturais com os conselheiros e articuladores, depois passando para todos os Secretários de Cultura do interior e depois por categorias que serão contempladas na própria Lei Paulo Gustavo. O Presidente reafirmou que haverá diálogos culturais assim que tiver o veto derrubado. O Presidente ainda disse que será feito algo de modo permanente em que o artista possa se inscrever de modo que, depois de tudo, tenha-se um cadastro dos artistas permanentemente.

VI. Relato do II Festival de Cultura Cigana

- Relatora: Mariah Marques Maciel

A Conselheira Mariah Marques iniciou falando sobre a articulação da 6ª Região que foi feita uma ótima articulação com relação a Lei Aldir Blanc, antes, durante e depois. E que há um grupo que é dos responsáveis por representar a Cultura, onde há diálogo com todos os municípios através de seus representantes. E a 6ª Região trouxe bastante inscrição, justamente pela movimentação para ensinar a se inscrever, da mesma forma foi feito na 8ª Região, na 9ª Região, na 10ª Região, na 12ª Região, na 5ª Região, 3ª Região, na 2ª Região, ou seja, há dificuldades sim, mas com essa caminhada que se tem hoje e com os articuladores junto aos gestores dos Municípios, foram alcançadas mais de dez mil pessoas na Lei Aldir Blanc. E vai ser bom agora, poder pedir para o articulador adicionar o conselheiro de cada região para ficar informado desse diálogo. E, enfatizou a importância do conselheiro convidar o

Deu P.



articulador quando for em outras cidades.
Sobre o II Festival de Cultura Cigana Mariah disse que foi importantíssima a participação do Governo do Estado da Paraíba que colocou para a comunidade cigana algo que eles nunca tiveram. Hoje eles têm como comprovar que fazem cultura, têm um portfólio, têm contrato assinado por eles e pela Secretaria de Cultura, valorizando a participação deles quanto profissionais. Falou sobre todas as apresentações que ocorreram no dia do Festival e falou do avanço que foi tanto do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, quanto do que está sendo feito. Mariah falou também sobre o II Festival Quilombola que irá acontecer em Santa Luzia. E que antes disso ocorrerá o I Festival Indígena.

VII. Encerramento.

O Presidente deste Conselho finalizou esta Reunião agradecendo a participação de todos e de todas na II Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba, do ano de 2022. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Larissa Costa, lavrei e assinei a presente Ata, que também será assinada pelo Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba.

Damião Ramos Cavalcanti

Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba

Larissa Maria da Silva Costa

Secretária Administrativa do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba.